

RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT3 - IMPACTOS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA SAÚDE MENTAL NA
UNIVERSIDADE.

**POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: AVANÇOS,
LIMITES E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL**

Camila Ribeiro Teodoro (camilariteodoro@gmail.com)

Shirlena Campos De Souza Amaral (shirlena@uenf.br)

A violência contra a mulher no ambiente universitário constitui uma violação de direitos humanos e um problema de saúde pública que afeta a trajetória acadêmica, a saúde mental e o bem-estar de estudantes, docentes e servidoras. Este artigo de revisão analisa os avanços e limites das políticas institucionais de enfrentamento à violência contra a mulher implementadas nas universidades brasileiras, bem como observa os impactos dessas violências na saúde mental das mulheres no ambiente acadêmico. A revisão foi conduzida nas bases Scopus, Consensus e Elicit, com recorte temporal de 2019 a 2026, utilizando descritores como “violência de gênero”, “universidade”, “políticas institucionais” e “saúde mental”. Foram identificados e selecionados estudos relacionados à temática, considerando sua pertinência aos objetivos da pesquisa, com posterior análise dos conteúdos e resultados apresentados na literatura. Entre os estudos analisados, destacam-se Furlin e Delgado (2024), Linhares et al. (2021) e Martins et al. (2026). Os resultados indicam que, embora tenha havido avanços na visibilidade do problema e na criação de mecanismos institucionais, menos de um quarto das universidades públicas

possuíam políticas de enfrentamento até 2022. Essa baixa cobertura revela a permanência de uma violência institucional, com ações existentes predominantemente remediativas e individualizadas, escassa articulação com a saúde mental e limitada atenção às especificidades de gênero. A ausência de protocolos claros e de fluxos de atendimento transversais frequentemente submete as mulheres a processos de revitimização, desestimulando a busca por ajuda e perpetuando a impunidade. Os impactos na saúde mental das mulheres são expressivos, incluindo ansiedade, depressão, síndrome de Burnout, isolamento social e prejuízos acadêmicos. A despeito da alta prevalência de violências relatadas por estudantes e servidoras, observadas nos estudos, a resposta institucional permanece fragmentada e descoordenada. Tais agravos são potencializados pela sobrecarga laboral, pelas pressões do produtivismo acadêmico e pela desigualdade de gênero estrutural, que comprometem a permanência e a progressão da carreira feminina na universidade. Conclui-se que o enfrentamento da violência de gênero nas universidades brasileiras requer políticas institucionais integradas, preventivas e sensíveis ao gênero, que articulem acolhimento, responsabilização e promoção de saúde mental, em conformidade com os marcos legais nacionais e internacionais de proteção aos direitos das mulheres. Para que as universidades cumpram seu papel transformador, torna-se imperativo superar o caráter reativo das ações e instituir políticas permanentes baseadas na escuta ativa e na interseccionalidade.

Palavras-chave: violência de gênero; políticas institucionais; universidade; saúde mental; enfrentamento.